

Ao Excelentíssimo Presidente da Comissão de Licitações no âmbito do Procedimento Licitatório Presencial nº 001/2023 DECOMP/DA

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PRESENCIAL Nº 001 / 2023 – DECOMP/DA

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Melhor Combinação de Técnica e Preço

Regime de execução: CONTRATAÇÃO INTEGRADA

MDF - Modo de disputa FECHADO

Forma de processamento da licitação: PRESENCIAL

Processamento: FASE RECURSAL ÚNICA

O (“Recorrente”) **CONSÓRCIO RECANTO DAS EMAS** com sede na Avenida do Contorno, 7218, 13º andar – Sala 13-E, Bairro Lourdes, CEP nº 30.110-048, composto pelas empresas: **GND CONSTRUÇÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 04.569.147/0001-58, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida do Contorno, nº 7218, 13º andar, Bairro Lourdes, CEP 30.110-048, **INFRACON ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 57.444.283/0001-88, com sede em Belo Horizonte – MG, na Avenida Raja Gabaglia, 4977 – Sala 404, Bairro Santa Lucia, CEP nº 30.360-670 e **RECICLAR ENGENHARIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 11.746.358/0001-84, com sede na TV São Sebastião nº 098, sala 01, Centro, Rio Novo do Sul – E, cep: 29.290-000, vem apresentar TEMPESTIVAMENTE o indispensável

RECURSO

com fundamento no item 15 e seguintes do Edital de Licitação e ainda no artigo 59 § 1º da Lei Federal nº 13.303/2016¹, cujas razões seguem em anexo, requerendo sejam elas

¹ Art. 59. Salvo no caso de inversão de fases, o procedimento licitatório terá fase recursal única.

CONSÓRCIO RECANTO DAS EMAS

recebidas e processadas na forma da Lei.

Requer, assim, que recebido e processado o presente Recurso, seja-lhe dado provimento, reformando-se a decisão recorrida no julgamento originário ou por ocasião de sua reapreciação pela autoridade superior, para seja determinada desclassificação da empresa **PORTO BELO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA**, pelas razões consubstanciadas em seguir:

Pede deferimento.

CONSÓRCIO RECANTO DAS EMAS

§ 1º Os recursos serão apresentados no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a habilitação e contemplarão, além dos atos praticados nessa fase, aqueles praticados em decorrência do disposto nos incisos IV e V do caput do art. 51 desta Lei.

CONSÓRCIO RECANTO DAS EMAS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PRESENCIAL Nº 001 / 2023 - DECOMP/DA

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Melhor Combinação de Técnica e Preço

Regime de execução: CONTRATAÇÃO INTEGRADA

MDF - Modo de disputa FECHADO

Forma de processamento da licitação: PRESENCIAL

Processamento: FASE RECURSAL ÚNICA

RAZÕES DO RECURSO

I-INTRODUÇÃO

- 1- Por meio do Edital **LICITATÓRIO PRESENCIAL Nº 001 / 2023 - DECOMP/DA** a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP promoveu a presente licitação objetivando a contratação integrada de empresa ou consórcio, com vistas à elaboração dos Projetos Básico e Executivo de Arquitetura e de Engenharia, bem como As Built (“Como Construído”); à obtenção de licenças, outorgas e aprovações; à execução de obras e serviços de engenharia; à montagem, realização de testes, comissionamentos, pré-operação e demais operações necessárias e suficientes para fornecimento e instalação de equipamentos e mobiliários à entrega final, em condições de funcionamento, do Hospital do Recanto das Emas (HRE), a ser localizado no Lote 25, Quadra 104, Setor Hospitalar, Recanto das Emas -DF, devidamente especificado no Termo de Referência e no Edital e seus anexos.
- 2- Estabelecido ainda, nos termos de Edital (item 1.2 e 1.3) que o regime de execução e a contratação integrada e ainda que o critério de julgamento a melhor combinação técnica e preço.
- 3- O valor estimado da licitação é R\$ 144.240.624,10 (Cento e quarenta e quatro milhões, duzentos e quarenta mil, seiscentos e vinte e quatro reais e dez centavos) conforme Planilha Orçamentária Estimativa-R04 e ainda que critério de julgamento envolve melhor preço.

CONSÓRCIO RECANTO DAS EMAS

- 4- Ressaltamos ainda o Edital prevê fase recursal única consonância com o que dispõe o art. 59, § 1º da Lei federal nº13.303/2016 que determina:

Art. 59. Salvo no caso de inversão de fases, o procedimento licitatório terá fase recursal única.

§ 1º Os recursos serão apresentados no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a habilitação e contemplarão, além dos atos praticados nessa fase, aqueles praticados em decorrência do disposto nos incisos IV e V do caput do art. 51 desta Lei.

- 5- Desta feita, após a declarado o CONSÓRCIO RECANTO DAS EMAS, vencedor, conforme aviso de julgamento e declaração de vencedor publicado em 27/02/2024, irrefutável a necessidade de aviamento do presente recurso tendo em vista que a **proposta comercial da empresa PORTO BELO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA** não observou aos termos e condições previstas no edital conforme passamos a expor:

II - DO MÉRITO

II.I - Da proposta comercial da empresa PORTO BELO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA

- 6- Consta do Item 8 do Edital que:

8 DA PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE "B")

8.1 A proposta de preços deverá ser apresentada nos termos do modelo constante do "Anexo VII", sob pena de desclassificação, devendo ser impressa eletronicamente em uma via original, em papel com timbre da firma, tamanho ofício ou carta, em língua portuguesa, redigida com clareza, sem ressalvas, emendas rasuras ou entrelinhas, em que conste o número deste Edital, numeradas sequencialmente, assinada na última página e rubricada nas demais pelo representante legal da licitante ou seu procurador constituído, juntando-se, neste caso, cópia da procuração com poderes específicos.

8.1.1 O representante legal deverá comprovar essa qualidade, anexando cópia de pelo menos um dos documentos indicados no Capítulo 2 deste Edital, caso não conste na documentação constante do envelope "A".

8.2 Na proposta será consignado e acompanhará os seguintes documentos:

8.3 Preço global em real, pelo qual a empresa se compromete a executar os serviços objeto do presente Edital

8.4 A proponente deverá apresentar Planilha Orçamentária e anexos, mantendo a descrição dos itens constantes na Planilha Orçamentária Estimativa-R04 (123218224), no Cronograma Físico-Financeiro (123218396) e no Critério de Medição e Pagamento (123218706).

- 7- O item 8.10.2 do Edital é incisivo e determinante quanto " *serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços unitários e/ou globais simbólicos irrisórios e/ou abusivos referentes aos itens: 001.02/2023-GTCOUH - PAVIMENTAÇÃO; 001.03/2023-GTCOUH - PROJETOS; 001.04/2023 - EQUIPAMENTOS, constantes*

CONSÓRCIO RECANTO DAS EMAS

na Planilha Orçamentária Estimativa-R04 (123218224) nos termos do art. 116 do RLC/NOVACAP e art. 56 da Lei nº 13303/2016."

8.10 Outras considerações sobre a proposta de preços:

8.10.1 O preço global da proposta deverá ser inferior ou no máximo igual ao estimado pela NOVACAP;

8.10.2 Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços unitários e/ou globais simbólicos irrisórios e/ou abusivos referentes aos itens: 001.02/2023-GTCOUH - PAVIMENTAÇÃO; 001.03/2023-GTCOUH - PROJETOS; 001.04/2023 - EQUIPAMENTOS, constantes na Planilha Orçamentária Estimativa-R04 (123218224) nos termos do art. 116 do RLC/NOVACAP e art. 56 da Lei nº 13303/2016;

- 8- O anexo II – Relação de elementos técnicos, traz, no seu bojo a relação de documentos que os licitantes estão obrigados a apresentarem, sob pena desclassificação.
- 9- Não obstante, a **PORTO BELO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA NÃO atendeu ao item 1.1 do anexo II haja vista a ausência dos seguintes documentos indispensáveis que deveriam ser anexados, vejamos:**

Anexo II - Relação de Elementos Técnicos:

ITEM	DESCRIÇÃO	NOME DO ARQUIVO DIGITAL	DOC SEI
1	ORÇAMENTO		
1.1	PLANILHA ESTIMATIVA Nº 001/2023-GTCOUH-R04-CAPA, fazendo parte também as planilhas Estimativas: Orçamento Macro, 001.01/2023-GTCOUH: Preço de referência, 001.02/2023-GTCOUH: Pavimentação e Paisagismo do acesso, 001.03/2023-GTCOUH: Projetos, 001.04/2023-GTCOUH: Equipamentos Hospitalares, 001.04/2023-GTCOUH: Critérios de pagamento, cronograma físico-financeiro, curva "S", % de referência, planilhas de composições, planilhas de composições auxiliares, Rotas, Encargos, BDI da obra, BDI dos Equipamentos Relevantes e BDI de Consultoria.	PROJ-PR-001-22-ORÇ-DT-001-23-GTCOUH-PLA-CLP-R04	123218036

- 10- Isto porque, como se verifica da documentação acostada à proposta da PORTO BELO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA (publicizada em 12/01/2024 e fls. 001 a 046) encontram-se ausentes as comprovações de custos relativos aos seguintes itens:

- 001.02/2023-GTCOUH: Pavimentação e Paisagismo do acesso;
- 001.03/2023-GTCOUH: Projetos;
- 001.04/2023-GTCOUH: Equipamentos Hospitalares;

CONSÓRCIO RECANTO DAS EMAS

11- Nota-se que a ausência desses documentos na composição da planilha orçamentária da licitante impedida, por parte da Comissão Julgadora, a verificação e comprovação da exequibilidade da proposta de preços, ou seja, uma perfeita afronta ao que dispõe o Edital devendo ser desclassificada na forma que determina o item 8.10.2 do edital e ainda em obediência ao que determina o art. 56 da Lei Federal nº 56 que determina e do art. 116 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP que determinam, respectivamente:

Lei Federal nº.13.303/2016

Art. 56. Efetuado o julgamento dos lances ou propostas, será promovida a verificação de sua efetividade, promovendo-se a desclassificação daqueles que:

(..)

II - Descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;

(...)

VI - apresentem desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes.

Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP

Art. 116. As fases de lances, de desempate, de negociação e de apresentação das propostas e de documentação, observarão, além do previsto em Edital, as seguintes regras:

VII - após o julgamento dos lances ou propostas, o Presidente da CPL ou Pregoeiro, promoverá a verificação de sua efetividade e desclassificará as propostas que:

b) descumpram especificações técnicas constantes do Edital;

f) apresentem desconformidade com outras exigências do Edital, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes.

12- A empresa Recorrida deve ter sua proposta técnica desclassificada na forma que determina o item 8.10.2 e 10.5 do Edital.

II.II - Da patente necessidade de desclassificação da empresa PORTO BELO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA

CONSÓRCIO RECANTO DAS EMAS

- 13- Como cediço cabe a administração pública encontra-se estritamente vinculada ao instrumento convocatório e os princípios da legalidade, isonomia e julgamento objetivo das propostas.
- 14- No ato convocatório constam todas as normas e critérios aplicáveis à licitação. É por meio dele que o Poder Público chama os potenciais interessados em contratar com ele e apresenta o objeto a ser licitado, o procedimento adotado, as condições de realização da licitação, bem como a forma de participação dos licitantes. Nele devem constar necessariamente os critérios de aceitabilidade e julgamento das propostas, bem como as formas de execução do futuro contrato.
- 15- Neste diapasão, o instrumento convocatório, edital ou convite, deve ser obrigatoriamente observado, seja pelos licitantes, seja pela Administração Pública. A inobservância do que consta no instrumento convocatório gera nulidade do procedimento, visto que esse é o instrumento regulador da licitação.

Acórdão 3474/2006 - Primeira Câmara

“O edital é a lei interna do processo de licitação, vinculando aos seus termos tanto a Administração Pública como os licitantes. Não seria aceitável que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e, no decorrer do processo ou na realização do julgamento, se afastasse do estabelecido. Ou ainda, que aceitasse de apenas um dos participantes a apresentação de proposta em desacordo com o estabelecido.”

- 16- Já o princípio da isonomia tem fundamento no art. 5º. da Constituição Federal e está preceituado no art. 3º. da Lei No. 8.666/93. Princípio de extrema importância para a licitação pública, significa, segundo **José dos Santos Carvalho Filho**, *"que todos os interessados em contratar com a Administração devem competir em igualdade de condições, sem que a nenhum se ofereça vantagem não extensiva a outro.*
- 17- Quanto à afronta ao julgamento objetivo das propostas destacamos os ensinamentos de Marçal Justen Filho:

CONSÓRCIO RECANTO DAS EMAS

O princípio do julgamento objetivo afasta a discricionariedade na escolha das propostas, obrigando a Comissão de Julgamento a se ater ao critério prefixado pela Administração, levando sempre em consideração o interesse do serviço público. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no Edital.”
(Marçal Justen Filho - 2005)

18- Significa, pois, que a Comissão de Licitações deve realizar o julgamento da proposta de forma objetiva e dentro das normas e requisitos do edital em tela, bem como também conforme as respostas aos questionamentos recebidos e respondidos.

19- A violação ao edital ofende o princípio da isonomia, norma basilar da Administração Pública com assento no art. 37, caput, da Constituição. Admitir a proposta da recorrida, portanto, corresponde, de uma só vez, a uma violação ao princípio da vinculação ao edital de licitação e ao princípio da igualdade, ambos previstos de forma textual no art. 31 da Lei n. 13.303/2016 e no art. 2º do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP. Veja-se o que dizem os dispositivos:

Lei Federal nº 13.303/2016:

Art. 31. As licitações realizadas e os contratos celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento, devendo observar os princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo.

RLC – Novacap

Art. 2º São princípios aplicáveis às licitações e aos contratos celebrados pela NOVACAP aqueles que visem a assegurar as diretrizes previstas nos arts. 31 e 32 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, em especial os princípios da integralidade, da legalidade, da impessoalidade, da igualdade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, **da probidade administrativa**, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, **da vinculação ao instrumento convocatório**, **da obtenção de competitividade** e do julgamento objetivo, além das seguintes diretrizes

Neste mesmo sentido é uníssono o entendimento do Tribunal de Contas:

CONSÓRCIO RECANTO DAS EMAS

É irregular a desclassificação de proposta em razão de ausência de informações que possam ser saneadas por meio de diligência, facultada pelo art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, desde que não resulte inserção de documento novo **ou afronta à isonomia entre os participantes**. (Acórdão 4063/2020-Plenário, Rel. Min. Raimundo Carreiro, grifamos).

Não cabe a inabilitação de licitante em razão de ausência de informações que possam ser supridas por meio de diligência, facultada pelo art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, desde que não resulte inserção de documento novo **ou afronta à isonomia entre os participantes**. (Acórdão 2873/2014-Plenário, Rel. Min. Augusto Sherman, grifamos).

A/C nº 460/2013

É obrigatória, em observância ao princípio da vinculação ao edital, a verificação de compatibilidade entre as regras editalícias e as propostas de licitantes. Propostas em desacordo com o instrumento convocatório devem ser desclassificadas. (rel. Ana Araes)

20- Ressalta -se que não se trata erro formal ou sanável por meio de diligência da Comissão. A ausência destes documentos na proposta técnica e comercial da licitante recorrida impede a todo tempo e modo qualquer análise por parte Comissão Julgadora quanto a verificação/constatação da qualificação da equipe técnica e ainda quanto a verificação/constatação acerca do preço ofertado ser irrisório e ou abusivo quanto aos itens: 001.02/2023-GTCOUH - PAVIMENTAÇÃO; 001.03/2023-GTCOUH - PROJETOS; 001.04/2023 - EQUIPAMENTOS.

21- Desta feita, a desclassificação na forma do que determina o item 8.10.2 e 10.5 é medida que encontra guarida junto ao Tribunal de Contas da União, vejamos:

ACÓRDÃO 300/2016 - PLENÁRIO

9.3.1. propostas técnicas em desacordo com o projeto básico anexo ao edital deverão, a teor dos arts. 43, IV e § 3º, e 48, I, ambos da Lei 8.666/93, ser desclassificadas, exceto se contiverem erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, os quais poderão ser saneados pela própria comissão de licitação;

22- Ante ao contexto imperioso se faz o provimento do presente recurso, com a desclassificação da proposta da recorrida, sob pena de grave violação à

CONSÓRCIO RECANTO DAS EMAS

isonomia e à vinculação ao edital de licitação.

III-DO PEDIDO

Face ao exposto, o ("Recorrente") **CONSÓRCIO RECANTO DAS EMAS** vem requerer que, recebido, conhecido e processado este Recurso, seja-lhe dado o devido provimento, e reconsideração da classificação da **PORTO BELO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA**, pronunciando a desclassificação da sua proposta na forma do que determina o item 8.10.2 e 10.5 do Edital, sob pena de grave violação à isonomia e à vinculação ao edital de licitação e julgamento objetivo da proposta.

Caso a decisão combatida não seja RECONSIDERADA por Vossa Senhoria, requer-se que o presente Recurso seja remetido a Autoridade Superior juntamente com os autos do processo administrativo.

Pelo provimento do Recurso.

Belo Horizonte - MG, em 04 de março de 2024.

CONSÓRCIO RECANTO DAS EMAS
DERALDO FERRAZ DE OLIVEIRA JUNIOR